



AGPTEA

INFORMATIVO

IMPRESSO

Associação Gaúcha de Professores Técnicos de Ensino Agrícola

Fundada em 02/07/69 - Registrada sob nº 5418 - CGC 90027848/0001-05

Utilidade Pública D.O. 20/05/85 Proc. 584-12.00/85 - STAS 11102

Av. Desembargador André da Rocha, 181/203 - CEP 90.050-161 - Centro - Porto Alegre - RS - Brasil

Fone: (051) 225-5748

Número 49

Gestão 96/99

Julho de 1996

Ano 27

EDITORIAL

O Ensino Agrícola e Suas Penúrias

Tramita no Congresso Nacional as Reformas do Ensino Técnico. Cabe a nós ficarmos atentos nas modificações que estão por vir. No Rio Grande do Sul recentemente o Governo do Estado assina o Decreto nº 36.696 de 29 de maio de 1996, criando o departamento de desenvolvimento e treinamento profissional de agricultores, com órgão de execução na Secretaria da Agricultura e Abastecimento, encarregado de promover cursos de educação não-formal, projetos e programas de desenvolvimento e profissionalismo, voltado para capacitação de pequeno agricultor e do trabalhador rural do Estado do Rio Grande do Sul.

No art. 2º, deste decreto, serão realizados nas Escolas Agrícolas e Centros Rurais de Ensino Supletivo. No parágrafo 1º, deste, a utilização dos bens das escolas agrícolas, "não implica na extinção das escolas agrícolas".

Ora, esta referência no decreto é que nos assusta. Para nós, passa a surgir nas Escolas Agrícolas duplo gerenciamento, fato que exigirá dos diretores muita atenção, para que não aconteça o mesmo ocorrido em outros estados brasileiros. Preparar o agricultor, dar a orientação é a função dos Técnicos Agrícolas e dos Agrônomos. Se as Escolas Agrícolas forem utilizadas para este fim elas perdem o sentido da existência e sua finalidade de formar profissionais para as técnicas agropecuárias. Em alguns estados brasileiros foi implantada esta

experiência e os resultados foram os seguintes:

— Fazendeiros mandavam treinar seus peões, e passaram a obter uma mão de obra semi-qualificada e de menor custo ilusório, acarretando nas dispensas dos técnicos agrícolas e dos agrônomos contratados, proporcionando um desemprego dos profissionais de maior qualidade neste setor.

— A Escola Agrícola que formava técnico agrícola, passou a dedicar-se somente à formação de peão rural.

No Rio Grande do Sul, não há nenhuma universidade formando professores em licenciatura agrícola. Como os salários são miseráveis, ninguém se interessa em cursar fora do Estado, uma faculdade para lecionar na área agrícola. O fato de maior gravidade, são as constantes exonerações dos professores de ensino agrícola, que fogem do sub emprego, acarretando em acelerada extinção desse profissional, que se tornará raridade nos próximos dez anos.

Não há nenhuma perspectiva de melhora para o ensino agrícola, sendo de longa data a pouca importância dispensada pelas Autoridades.

O descaso agravou-se com a extinção do departamento de ensino agrícola na Secretaria de Educação. Atualmente existem na SEC Professores especializados no ensino agrícola, que embora com dificuldades estão realizando excelente trabalho na área técnica, mesmo sem o

departamento. Porém como ficará este setor na próxima gestão se não for criado o departamento específico?

É triste a realidade das escolas agrícolas, pois estão sucateadas, não desenvolvem tecnologias avançadas, e os repasses de verbas por parte do Estado sempre são escassos e com atrasos, submetendo os diretores em constantes aflições devido as eminências de fechamento das escolas.

A desvalorização do professor é cada vez mais aviltante e já é comum os constantes abandonos da profissão.

A falta de verbas para as escolas agrícolas, fizeram com que os Diretores aceitassem as propostas do referido decreto, sem um questionamento mais profundo, pois devido as penúrias financeiras que são submetidos, não dá para tomarem o luxo de recusarem recursos. Aliás, recursos financeiros do capital estrangeiro, que um dia teremos que pagá-lo, aumentado assim a famigerada dívida externa-brasileira.

Segundo a ONU, nosso Estado é um dos mais desenvolvidos do Brasil. Será que continuaremos com este título, sem uma política de valorização do trabalhador em educação, sem política agrícola e de reforma agrária sem falar nos outros setores que estão em fase falimentar.

Algo precisa ser feito, indiferente de partidos políticos ou de ideologias, precisamos de uma ação levanta Rio Grande, levanta BRASIL!...

Eleição da Nova Diretoria Gestão 96/99



Este é o time que irá dirigir a AGPTEA - Gestão 96/99

O Professor Antônio Hélio Ilha foi reeleito para comandar a AGPTEA nos próximos três anos, juntamente com os demais colegas.

Para Vice-Presidente Administrativo, Nedi Almeida Jacondino; Vice-Presidente Educacional, Professor Anselmo Kuhn; Vice-Presidente Financeiro, Professor Nelmo Malta Gutierrez. Secretário-Geral, Professor Antônio João Barbosa; 1º Tesoureiro, Professor João Paulo Scaramussa.

Conselho-Fiscal —

Titulares: Professor Jader dos Santos Souza; Rudi Van Sathiel; Heitor Tomé da Rosa.
Suplentes: Bento Cláudio Xavier Pereira, Vilson Antônio Arruda, Jane Vieira da Cunha.

Os associados da AGPTEA, podem ficar tranquilos que os professores que fazem parte de nossa Diretoria, irão continuar na luta de nossas reivindicações, na busca de melhorias para o ensino agrícola. Iremos continuar com as visitas às nossas escolas e divulgação dos trabalhos realizados nestas.

Igreja Deplora a Violência no Campo

Relatório anual da Comissão Pastoral da Terra aponta os números e também a impunidade dos casos

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) lançou ontem a 16ª edição do relatório "Conflitos no Campo", relativo a 1995. O lançamento ocorreu no Seminário Internacional "Violência, Criminalidade e Segurança Pública", que prossegue até quinta-feira, no Salão de Atos da UFRGS. A solenidade teve a participação do presidente da CPT Nacional, Dom Orlando Dotti, Bispo de Vacaria.

Conforme o secretário-executivo da CPT, Darciolci Volpato, em 1995 ocorreram 146 conflitos de terra, 41 assassinatos, 155 ameaças

de morte e 43 tentativas de assassinatos no meio rural. "O objetivo do levantamento é denunciar não só a violência, mas a impunidade destes casos", afirmou. Ele lembrou que nos últimos dez anos foram assassinadas 1.635 pessoas no Brasil. Destes casos, apenas 25 foram julgados, houve quatro condenações e só duas pessoas foram presas. Os números do relatório foram colhidos nas 21 regionais da CPT no país. "Todos podem ser confirmados", afirmou. O relatório será distribuído às entidades envolvidas com o problema dos trabalhadores do campo.

Habitat II Revela Números Alarmantes do Planeta

A Conferência da ONU sobre Assentamentos Humanos, a Habitat II, que entra hoje em sua segunda semana de trabalhos, em Istambul, na Turquia, está sendo diariamente cenário de intervenções de delegados de aproximadamente 60 países e de divulgação de números alarmantes sobre a situação do planeta às portas do século XXI. Tratam-se de números divulgados pela Organização Mundial de Saúde (OMS), pela Organização de Alimentação e Agricultura (FAO), pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e pela própria ONU, relativos ao ar, água, doenças, óbitos e excluídos.

Constatou-se que cerca de 1 bilhão de pessoas respiram poluição acima do limite tolerável estabelecido pela OMS. Este ar seria o causador de 400 mil mortes por ano. Paralelamente, um quinto da

humanidade não dispõe de água potável para o seu consumo, sendo que as doenças transmitidas pela água são responsáveis pela morte de 5 milhões de pessoas, principalmente crianças. Aproximadamente 600 milhões de seres humanos estão privados de redes de esgotos, fatos causador da maioria das moléstias que provocam doenças como diarreia, pneumonia, malária, além de desnutrição, e causam a morte de 800 milhões de crianças a cada ano. Ao todo, 12 milhões de crianças morrem no mundo antes de completar 5 anos. E mais de 100 milhões de crianças vivem nas ruas em todo o planeta, 40 milhões delas na América Latina, continente que terá, dentro de dez anos, a maior concentração de população nas cidades, 80% dos habitantes.

Correio do Povo - 10/06/96



EXPEDIENTE

DIRETORIA DA AGPTEA

Presidente:

Antônio Hélio Ilha

Vice-Presidente Administrativo:

Nedi Almeida Jacondino

Vice-Presidente de Educação:

Anselmo Kuhn

Vice-Presidente de Finanças:

Nelmo Malta Gutierrez

Secretário Geral:

Antônio João Barbosa

Tesoureiro:

João Paulo Scaramussa

Conselho Fiscal:

Jader dos Santos, Rudi Von Saltiel,

Heitor Tomé da Rosa

Suplentes:

Bento Cláudio Xavier Pereira,

Vilson Antônio Arruda,

Jane Vieira da Cunha

Jornalista responsável:

Isabel Cristina Romeu Rodrigues

RPMT nº 7403

Edição, diagramação, e arte-final:



Comunicação

Integrada Ltda.

F: (051) 332-2088

Novo endereço AGPTEA:

Av. André da Rocha, 181/203

CEP 90.050-161 - SEDE PRÓPRIA

Reflorestamento

Adolino Henn

O nosso verde já está sumindo,
Bem defronte aos nossos olhos.
E no lugar dele está surgindo,
Um mar de areia e de abrolhos.

As florestas foram devastadas,
Muitas vezes, sem necessidade.
Através de cortes e queimadas,
Destruindo solo e fertilidade.

Não dá para perder mais tempo,
O perdido é preciso recuperar.

E através dum reflorestamento,
A tragédia destruidora evitar.

As árvores purificam nosso ar,
Protegem os animais selvagens.
Evitam a erosão e fazem parar,
Atulho das águas de barragens.

Queremos conscientizar o povo,
Para o bem de todos, em geral.
Plantar belas árvores de novo,
Atendendo ao código florestal.

PORTARIA Nº 053 DE 22 DE MARÇO 1996

O DIRETOR ADJUNTO DA ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CUIABÁ-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 849 de 11 de julho de 1988, publicada no Diário Oficial de 14 subsequente, resolve:

Art. 1º — Designar os servidores ABIMAEI ANTUNES MARQUES, Professor de Ensino de I e II Graus Classe M. 4021, Classe "D", Nível 02; DORVAL RODRIGUES JÚNIOR, Professor de Ensino de I e II Graus, M. 4021, Classe "C", Nível 01; ULISSES NASCIMENTO DE SOUZA, Professor de Ensino de I e II Graus, M. 4021, Classe "E", Nível 01; CLÁUDIA REGINA THOMAS, Professor de Ensino de I e II Graus, M. 4021, Classe "C", Nível 01; JOSÉ LUIZ DE SIQUEIRA, Professor de Ensino de I e II Graus, M. 4021, Classe "C", Nível 01; NORKA DA SILVA ALBERNAZ, Professor de Ensino de I e II Graus, M. 4021, Classe "C", Nível 01; WILLIAN SILVA DE PAULA, Professor de Ensino de I e II Graus, M. 4021, Classe "C", Nível 01; JOSÉ NILTON

CANDIDO LEITE, Assistente em Administração, Classe "B", Padrão -III; MARIA JOSÉ DE QUEIROZ DANTAS, Assistente em Administração, Classe "A", Padrão III; JOICE JUSTINO VIANA, Assistente em Administração, Classe "B", Padrão II; REINALDO SILVA BARBOSA, Assistente em Administração, Classe "D", Padrão I; EDILSON DE AMORIM, Programador, Classe "D", Padrão I e EVANGELISTA FERREIRA DE LIMA, Professor Substituto, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão encarregada de organizar o I Encontro Latino-Americano de Ensino Agrícola e IV Encontro Brasileiro de Ensino Agrícola a serem realizados nesta Escola Agrotécnica, no próximo mês de julho.

Art. 2º — Esta Portaria entra em vigor nesta data.

ABIMAEI ANTUNES MARQUES
Diretor Adjunto



Comissão encarregada de organizar o IV ENEA. Sentado, ao centro, o Prof^o Abimael, presidente da Comissão

A Nossa Escola Padre Reus

Não é apropriação indébita usar "nossa" se tratando da Escola Padre Reus. Os mais antigos moradores da Tristeza, tenho certeza reconhecem o que estamos dizendo. Descobrimos também que a "nossa" vira "nosso" quando ouvimos dizer: Aí que saudades do nosso Padre Reus!

Tudo nos move a fazer esta pequena reflexão, no dia em que a escola Padre Reus completa 40 anos de existência. No dia 16 de abril de 1956, foi feita uma reunião preliminar de pais, professores e alunos, promovida pela diretoria do Ginásio Maria Tereza Medeiros, para que fosse marcado o início das aulas, que foi marcado para o dia seguinte.

Este fato marcou o início de uma caminhada, onde a comunidade foi conquistando espaço e levando o nome da Escola Padre Reus para além do bairro, cidade, do estado e do país.

A doação do terreno pela família Gaelzer para ampliação da escola, mostra-nos que desde o início de sua criação, a escola foi impulsionada por um grande amor da comunidade.

O Padre Reus foi uma das escolas públicas com maior aprovação nos vestibulares das nossas faculdades:



Profa^o Eloá Maria C. Rodrigues, Diretora do Pe. Reus - Gestão 96/97

vários troféus conquistados pelos alunos em modalidades esportivas; um coral "Ad Libitum" que brilhou e conquistou prêmios em vários festivais de coros; um CTG "Mangrulos" que muito orgulhou a escola. Fora isto, tínhamos os nossos alunos, desenvolvendo um projeto de práticas agrícolas de uma horta, nos fornecendo verduras fresquinhas.

Quando começamos a recordar estes fatos, e olhamos o Padre Reus que

temos hoje, nos perguntamos: O que está acontecendo com a nossa escola, com a educação? Esta pergunta fica para que cada um de nós possa questionar: Como cidadão o que temos feito e contribuído para que a Escola Padre Reus seja uma verdadeira escola pública, pois por ser pública a nós pertence. Será que não gostamos de ver a nossa escola bem limpa bem cuidada, acompanhando o desenvolvimento tecnológico, e com uma equipe de bons

professores, verdadeiros mestres de nossos filhos? O que será que somos daqueles, que dizem que tudo isto é competência do governo, que já pagamos impostos, portanto não nos compete cuidar da escola pública?

Antes que possamos responder, gostaria de participar a todos que a Escola Padre Reus já possui um razoável número de pessoas (pais, alunos, professores e funcionários) que estão tentando devolver ao Padre Reus o conceito de a melhor escola pública. Fazer do Padre Reus um lugar de convívio fraterno, onde todos possamos crescer como cidadãos capazes de melhorar o mundo que aí está.

Estamos lançando um grande desafio para este semestre, que é a recuperação do nosso Ginásio de esportes. Convidamos a toda comunidade, que nos visitem, participem desta nossa luta por uma Escola Pública de qualidade, façam parceira conosco e tenho certeza que toda a comunidade da tristeza lucrará com isto.

Eloá Maria Contreiras Rodrigues
Diretora da E.E.
de 2º Grau Padre Reus

IV ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO AGRÍCOLA

Cuiabá - MT - de 22 a 25.07.96

O IV Encontro Nacional de Ensino Agrícola - IV ENEA, será realizado em Cuiabá - MT, na Escola Agrotécnica Federal. O Prof. Luiz Calvete Corrêa, Presidente da Confederação Brasileira de Professores de Ensino Agrícola, esteve naquela Capital assessorando a Coordenação do IV ENEA na organização do evento que está programado para 22 a 25.07.96.

O temário do encontro está centrado em torno de três pontos fundamentais:

1. O Ensino Agrícola no contexto do Mercosul.
2. O Ensino Agrícola e a Reforma Agrária.
3. A Educação Profissional Agrícola na Rede Federal de Educação (Projeto de Lei nº 1.603/96, do Poder Executivo).

Nesta oportunidade deverá ser apreciada a proposta da CBPEA referente a Federalização das Escolas Técnicas Agrícolas Estaduais; medida esta que se impõe, dada a precariedade em que se encontram estas escolas, bem como, a grande diferença salarial existente entre seus professores e demais servidores.

Neste momento em que o Governo do estado reconhece o estado de calamidade em que se encontra o ensino técnico no Estado, manifestando, pela imprensa, indecisão no sentido de "criar ou não, um órgão para administrar o mesmo", com vistas a sanar problemas básicos, tais como, "Formação de professores, instalações e equipamentos, adequação ao mercado de trabalho e integração com a comunidade", esquece o fundamental, que é remuneração justa para os professores de ensino técnico.

Reconhece, ainda, o Governo do Estado, ao propor a privatização do ensino técnico, sua incompetência para administrar o ensino que, no Rio Grande do Sul, em outras épocas primou pela alta qualidade, servindo inclusive de modelo para outros estados.

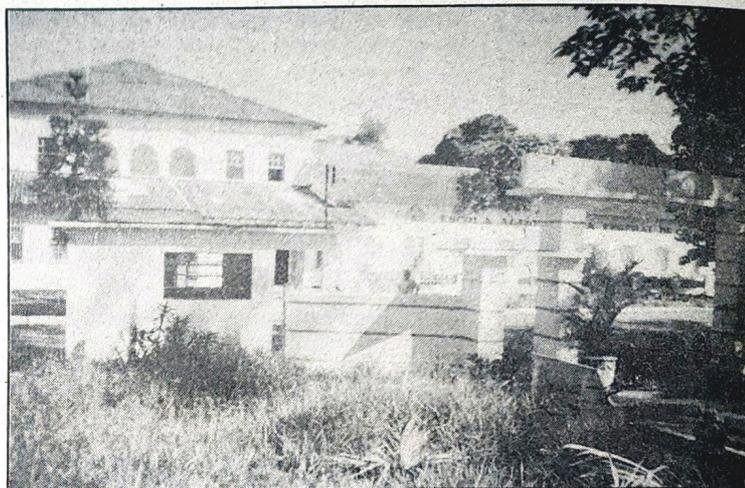
O Governo Federal, através do MEC, encaminha Projeto de Lei à Câmara Federal, dispoendo sobre a Educação Profissional e a organização da Rede Federal de Educação Profissional, envolvendo o ensino técnico profissional de segundo grau e o ensino tecnológico, este numa modalidade intermediária entre aquele e o terceiro grau, alternativa para postergar o ingresso na Universidade e esvaziar o ensino técnico profissionalizante de segundo grau.

As "inovações" propostas pelo Governo Federal não apresentam, na realidade, nada de novo. A atual Lei que fixa as diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo graus - Lei nº 5.692/71, já consagra estas alternativas propostas no Projeto Lei nº 1.603/96. São 25 anos de inoperância. Não é necessário nova lei, basta cumprir a atual.

Esqueceu o executivo de peça fundamental na reformulação do ensino técnico profissional e criação do ensino tecnológico, que é a Regulamentação da Profissão de Tecnólogo.

O Presidente da CBPEA informa que deverão participar do IV ENEA, uma centena de professores de ensino agrícola do Rio Grande do Sul que já manifestaram interesse através de inscrições mediante o pagamento de uma taxa de R\$ 70,00, incluindo passagem em ônibus especial, hospedagem e alimentação em Cuiabá, durante os três dias do evento.

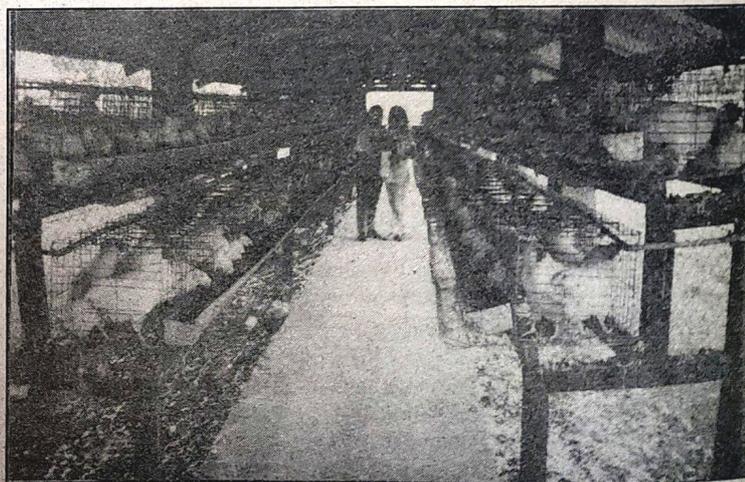
POA, maio de 1996.
Prof. Luiz Calvete Corrêa
 Presidente



Escola Agrotécnica Federal de Cuiabá - MT

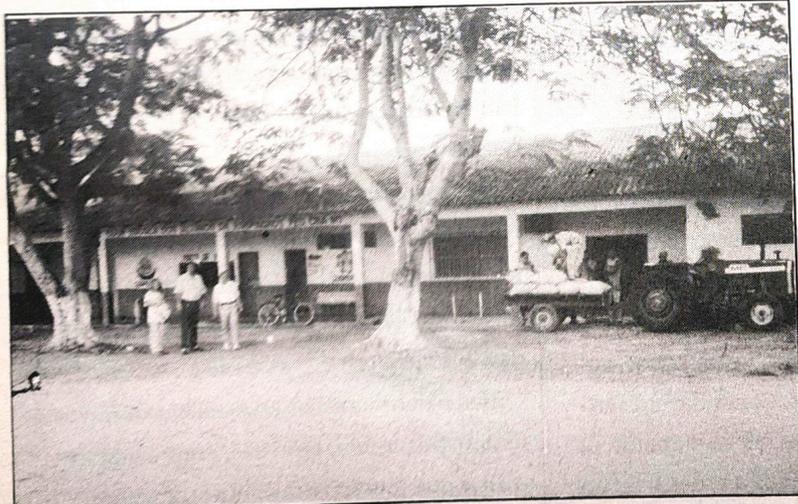
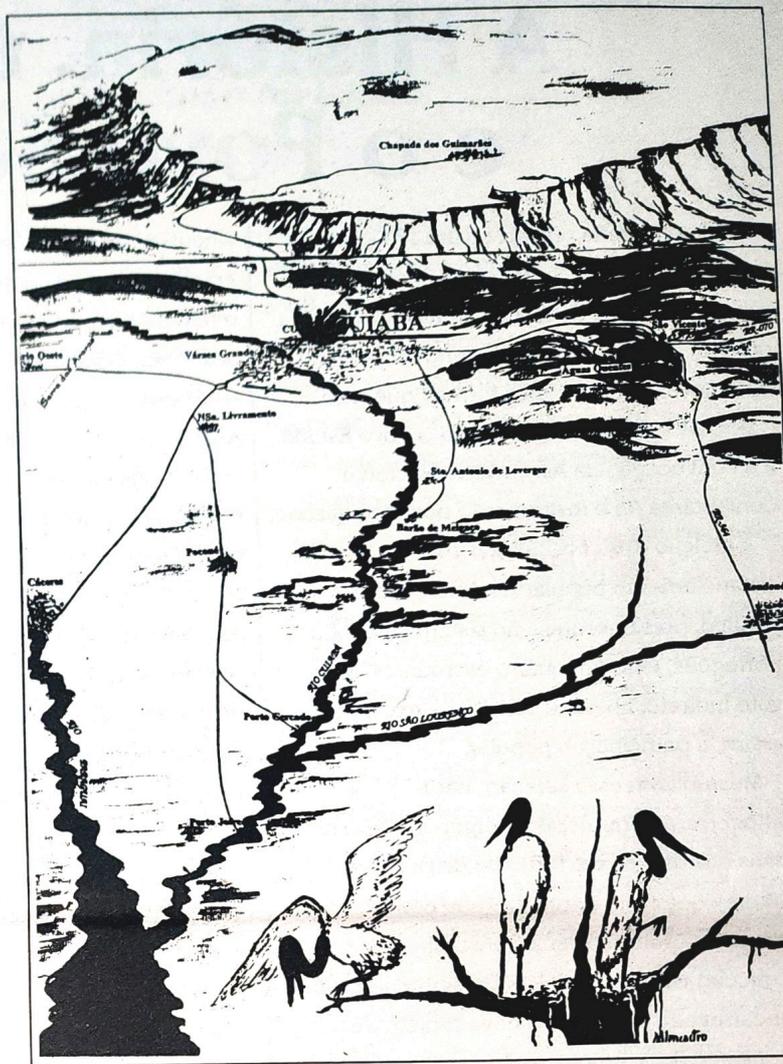
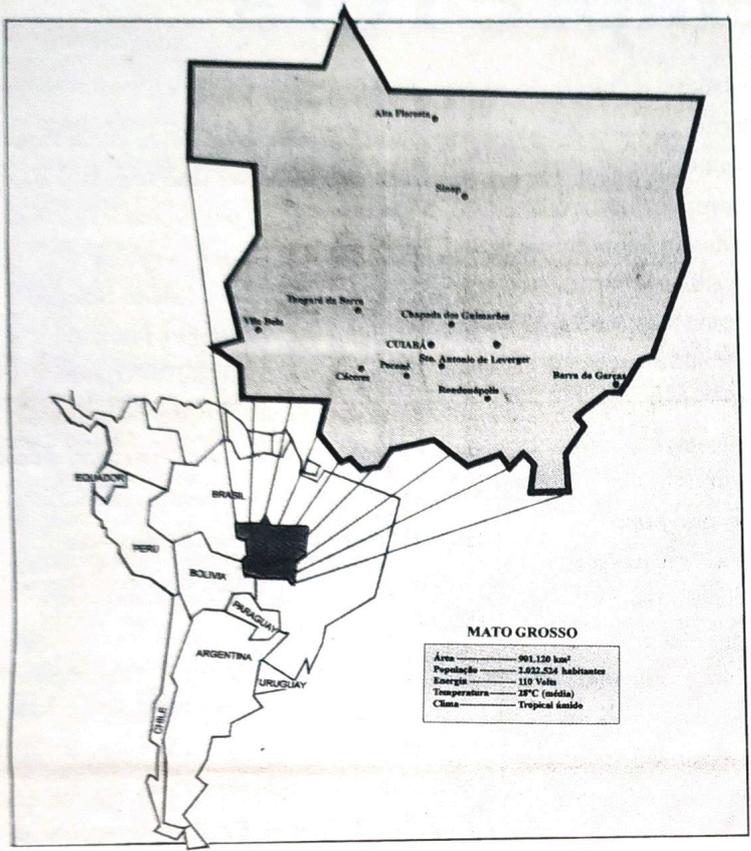


Calvete, Abimail e o motorista

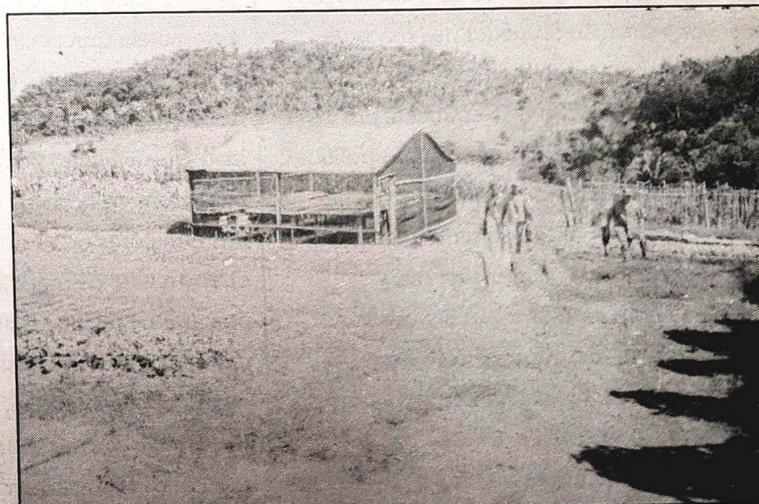


A avicultura da Escola Agrotécnica de Cuiabá - MT

LOCAL DO IV ENEA



Cooperativa dos alunos da Escola Agrotécnica de Cuiabá - MT



Muitas atividades para os alunos da escola

Mais informações sobre o IV ENEA na página 12

A História, as Manobras e o Povo Sempre Fora

A historiografia oficial registra 1822, ano da Independência do Brasil, como o marco do rompimento dos liames colonialistas. Ruptura ou não, o processo de independência forjou uma nova ordem política formal, que logo tratou de consolidar e legitimar o novo Estado, e a convocação da Assembléia Nacional Constituinte foi o instrumento político utilizado.

A eleição dos constituintes marcou o distanciamento popular do processo político, pois baseou-se no sistema eleitoral português, feito em quatro escrutínios, pelo voto indireto, aberto e censitário, excluindo, assim, a participação popular.

Mesmo com essa seleção "natural" ocorreram inúmeras divergências, e foram essas discussões em torno da divisão de poderes que Dom Pedro I tomou como *pretexto para dissolver* a Constituinte e nomear uma comissão especial, o Conselho de Estado, encarregado de redigir o novo projeto de Constituição que ficou pronto em janeiro de 1824. A sanha absolutista do imperador foi "legitimada" com a criação do Poder Moderador, de uso pessoal e exclusivo seu, destinado a "velar pela manutenção da independência, do equilíbrio e da harmonia dos demais poderes" (art. 98 da Constituição). Era a centralização do poder nas mãos de uma só pessoa: vitória do Imperador.

Com a Proclamação da República, em 1889, ocorreu um deslocamento das forças políticas, e, como conseqüência, foi convocada a Assembléia Nacional Constituinte para elaborar uma nova Constituição, mais identificada com os ares republicanos.

As eleições se realizaram em 15 de setembro de 1890, e desta vez os deputados foram eleitos diretamente. Ocorre que o sistema eleitoral em vigor vedava o direito de voto a mulheres, menores de 21 anos, mendigos, analfabetos, praças e aos religiosos

vinculados a ordens monásticas, ou seja, à grande maioria da população. Some-se a isso, o fato de o voto não ser secreto, o que dava aos "coronéis" — Grandes proprietários rurais — o controle quase absoluto dos votos da sua região. Era o voto do cabresto.

Controlados os "currais eleitorais", os constituintes eleitos representavam, em sua maioria, os grandes latifundiários, concentrando o poder político e econômico nas mãos das oligarquias rurais.

Novamente *o povo foi usado para legitimar os interesses da elite brasileira*.

A manipulação dos resultados para enquadrá-lo nos arranjos pré-eleitorais e a quebra do acordo tático entre as oligarquias paulista e mineira, com a imposição de Júlio Prestes (paulista) na presidência e o assassinato de João Pessoa (ex-candidato à vice-presidência) — acontecimento que catalisou a oposição em rebelião armada — influíram para a deflagração do movimento político que ficou conhecido como Revolução de 30.

Vitorioso, o movimento, instalou-se um governo provisório, chefiado por Getúlio Vargas, o candidato derrotado nas eleições presidenciais. Vargas adiou a convocação da Assembléia Constituinte o máximo possível, e as eleições só foram realizadas em 3 de maio de 1933. Com a reforma eleitoral de 1932, instituiu-se o sufrágio universal direto e secreto para todos os homens e mulheres alfabetizados e maiores de 21 anos. Continuavam sem direito a voto os mendigos, os analfabetos, os praças e os religiosos ligados a ordens. Se por um lado a reforma eleitoral instituiu o voto secreto, por outro lado, implantou idéias corporativistas, decretando que seriam eleitos deputados representantes de classe, eleitos por sindicatos legalizados e reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. Era a ponta do *iceberg*

fascista.

A nova Constituição teve vida curta: Vargas, que havia sido eleito presidente pela Constituinte, mostrou sua face autoritária e, três anos depois, em 1937, rasgou a Constituição, instalando o Estado Novo. O Brasil mergulhava na ditadura fascista.

O ditador tratou de "legitimar" o poder autoritário para o que encarregou o jurista Francisco Campos de fazer, "em casa", a nova Constituinte, que foi baseada na da Polônia — antes da ascensão do socialismo — de inspiração fascista, e ficou conhecida como "A POLACA".

Fim da II Guerra Mundial, vitória das forças aliadas, queda do nazi-fascismo. Os ventos democráticos alcançaram o Brasil e, em 29 de outubro de 1945, o general Góes Monteiro depôs Getúlio Vargas. Em 2 de dezembro, o general Dutra elegeu-se presidente. Nessa mesma data, foram escolhidos os deputados à Assembléia Constituinte.

A Constituição de 1946 representou um avanço democrático. Todas as forças políticas puderam apresentar candidatos, inclusive o Partido Comunista Brasileiro, que elegeu, entre outros, Luiz Carlos Prestes, Jorga Amado e Carlos Marighella. Garantia o direito de eleições livres e assegurava o direito de greve, ainda que submetendo-se à apreciação da Justiça do Trabalho. Vivía-se a euforia democrática.

Mas a democracia não resistiu por muito tempo. Sucumbiu, em 1964, com o golpe militar que jogou o Brasil novamente na ditadura. O autodenominado Supremo Comando da Revolução (formado pelo general Costa e Silva, pelo Tenente-Brigadeiro Francisco de Assis Correia e pelo Almirante Rademaker Grunewald), decretou o Ato Institucional nº 1, suspendendo as garantias

Ao longo da história brasileira, várias são as passagens em que o povo foi usado para legitimar os interesses da elite

individuais, dando poderes ao executivo de cassar mandatos e direitos políticos.

Em dezembro de 1968 foi editado o Ato Institucional nº 5, o tristemente famoso AI-5, que suspendeu toda e qualquer garantia dos cidadãos, oficializando o terrorismo de Estado.

A Constituição, promulgada em 1969, centralizou o poder nas mãos do governo federal, reduzindo a autonomia dos Estados e municípios, além de confirmar todas as disposições dos Atos Institucionais, inclusive o torpe AI-5.

Vieram os anos 80 e logo surgiu a luta pelas diretas já, o povo brasileiro exige o direito de eleger seu representante maior. O que veio? A simples escolha, pelo Congresso, entre o Maluf e Tancredo. Deu Tancredo na cabeça! O povo parece que respira aliviado e cisma uma luz no fundo do túnel. Tancredo não assume, morre antes. Surgem boatos, foi baleado. Não, foi infecção hospitalar, ou seja, o bisturi estava contaminado... Não importava, este morreu na casca. Veio Sarney, o mesmo que serviu à ditadura, agora com ares democráticos. Este implantou o plano cruzado, e o povo sorri, fecha mercados, prende gerentes, os fiscais do Sarney com toda corda.

Vieram as eleições e, horas depois de fechadas as urnas, tudo acabou! **Novamente o povo foi usado para legitimar os interesses das elites brasileiras.** Logo Sarney é contemplado com cinco anos de mandato. Bem, mas a Constituição chegou. Houve muita briga, centrão versos centrinho, e muita grana rolando. Enfim, veio as **DIRETAS** tão sonhadas! O povo sorri, surge a esperança.

Vem aí o **CAÇADOR DE MARAJÁS**, que irá acabar com os corruptos e pôr fim na inflação com um tiro só! **POBRE POVO, MAIS UMA VEZ É USADO!** Caiu na maior jogada de marketing da TV Globo. Pois não é que acabou elegendo o maior ladrão de nossa história!... A juventude

pinta a cara, o bandido e pinóquio cai!... —
Faltam os outros — ... O povo sorri novamente.

Está eufórico. Em abril de 93, vem o plebiscito. O parlamentarismo em alta. Em São Paulo é feita uma pesquisa e o povo declara que não confia no Congresso. Mas o parlamentarismo é bom! O presidencialismo não deu certo, surgem ditadores!... Mas, o que é parlamentarismo?!? Sei lá! É um negócio em que os deputados e senadores escolhem o 1º Ministro para governar? Será que estou certo?

POBRE POVO! Não acorda! Mais uma vez vai ser usado! Com bons políticos, qualquer regime é bom, pois existem países desenvolvidos e subdesenvolvidos com presidencialismo e da mesma forma com o parlamentarismo. Na verdade, os candidatos de esquerda assustam muita gente.

Queda de Collor, seu vice no poder, o aliado das idéias coloridas, Itamar Franco, governado em clima de paz e nova euforia, nomeia um ministro, pouco conhecido do povo brasileiro, o dito sociólogo Fernando Henrique Cardoso. Este faz retornar ao país a moeda do real, fazendo com que a Nação sinta esperança de novos tempos, e longe das violentas inflações. O povo acredita e no ano de 1994, elege em primeiro turno o ex-ministro, Fernando II, a sociedade sente-se aliviada. Puro engano!... Os escândalos financeiros voltam à tona. A corrupção de Collor e anões do orçamento, cedem lugar à pasta-cor-de-rosa, ao Sivam, aos bancos, e, principalmente, ao rombo do Banco Econômico, uma fraude muito maior que os PCs da vida.

Antes, a origem das denúncias eram provas indiciárias, desentendimentos familiares, represálias de criminosos. Exigiram um trabalho de garimpagem investigativa penosa. A verdade prevaleceu pela determinação e coragem de alguns parlamentares, apoiados, vagarosamente pela mídia.

No governo do segundo Fernando, a

situação é outra. As provas de fraudes, são irrefutáveis. São documentos, registros contábeis, lançamentos, balanços manipulados, falsificações que geram prejuízos fantásticamente grandes. Antes, fiapos de provas. Agora, provas técnicas. O Presidente da República, argumenta e se opõe à investigação pela CPI, destaca-se o receio de assustar e provocar a corrida aos bancos. Seria, então, preferível tapar o buraco de bilhões roubados e esquecer tudo. Não investigar, não prender e não punir. Ora, perdoem-me, nada é mais cretino. O que o povo deseja é a verdade e a justiça, com punição exemplar. O que aterroriza a Nação é viver na impunidade, na imoralidade institucionalizada, com poderes constituídos adestrados na corrupção.

Estamos nos anos 1996 e nada melhora para o povo, o que se vê é o desemprego em índices assustadores, juros insustentáveis, quebra geral dos micro e médios empresários, um salário mínimo de cento e doze reais, ou seja, uma miséria, chacina dos sem-terras, que lutam por um pedaço de chão para poderem produzir alimentos para Nação. Por incrível que pareça, vivemos em um país riquíssimo, com vastas áreas agricultáveis, recursos minerais e vegetais em abundância e um povo pobre. Não dá mais para agüentar estas elites governamentais, que vendem as estatais produtivas por moedas pobres, sucateam a agricultura, educação, saúde e segurança pública.

A sociedade brasileira não pode continuar submissa, é hora de uma tomada de consciência política, fortalecer as organizações sindicais, associações, e promover amplos debates, com movimentos nacionais, na tentativa de eliminar, de uma vez por todas, as incompetências administrativas-governamentais de nosso sofrido Brasil.

Prof. Antônio Hélio III a

**PREFEITURAS DO RIO GRANDE DO SUL
APOSTAM NO ENSINO AGRÍCOLA NO
COMBATE AO ÊXODO RURAL**

Prova disso é que Entre-Ijuís vai receber R\$ 407 mil do MEC para a construção de uma escola agrícola. A secretária da educação do município, Maria Antônia Pizetta, diz que são 1.200 alunos em escolas da rede municipal, localizadas na área rural, "nossa intenção com a escola agrícola é preparar melhor essas crianças para que não abandonem o campo". A escola ficará na localidade do Carajazinho e vai desenvolver práticas zootécnicas, industriais e comerciais numa área de 40 hectares.

**SETOR PRIMÁRIO:
ESCOLAS AGRÍCOLAS MUNICIPAIS**

DE	MUNICÍPIO	ESCOLAS	ENDEREÇO/FONE	CURSOS
5ª	Jaguarão	E. M. de 1º e 2º G. Lauro Ribeiro	Granja Bretanhas CEP: 96300-000 Fone: (532) 061.1422	Agropecuária
5ª	Piratini	E. M. Agropecuária de Piratini	Passo do Bêbado, s/nº CEP: 96490-000 Fone: (534) 571.828	
7ª	Davi Canabarro	E. Agropecuária de David Canabarro 5ª a 8ª série	Nossa Senhora do Rosário, s/nº CEP: 99980-000	
8ª	Jaguari	E. M. Agropecuária Jaguari 5ª a 8ª série	Chapadão, s/nº CEP: 97760-000	
8ª	Júlio de Castilhos	E. Agropecuária de Júlio de Castilhos 5ª a 8ª série	São João, s/nº	
9ª	Ibirubá	E. Agropecuária de 1º e 2º grau de Ibirubá	Linha 4, s/nº CEP: 98200-000	Agropecuária
11ª	St. Antônio da Patrulha	Centro Agrícola João Marques de Moraes - 5ª a 8ª série	Esquina dos Morros, s/nº CEP: 95500-000	
16ª	Serafina Correa	E. Agropecuária de Serafina Correa 5ª a 8ª série	Linha Bento Gonçalves, s/nº CEP: 99250-000	
19ª	Rosário do Sul	E. Agropecuária 5ª a 8ª série	Divisa CEP: 97590-000	
19ª	Santana do Livramento	E. M. de 1º G. Santana do Livramento	Passo da Florentina, s/nº CEP: 97570-000	
25ª	Ilópolis	E. M. Agrícola, Ambiental e Florestal de Ilópolis - 5ª a 8ª série	Rua Cavalheiro José Rosito, s/nº CEP: 95990-000	
27ª	Nova Santa Rita	E. Agrícola de 1º G. Santa Rita de Cássia	Estrada do Passito, s/nº CEP: 92480-999	
36ª	Ijuí	E. M. de 1º e 2º G. Assis Brasil	Av. Getúlio Vargas, nº977 CEP: 98700-000	Agropecuária

**XI ENCONTRO ESTADUAL DE ENSINO AGRÍCOLA E
I ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE ENSINO AGRÍCOLA**

A Escola Agrícola da Cidade de Guaporé, na data de 10 a 12 de outubro de 1996, sediará o Décimo Primeiro Encontro Estadual e Primeiro Encontro Sulbrasileiro de Ensino Agrícola. O tema do encontro será as reformas do ensino técnico, a nível estadual e nacional.

A AGPTEA conta com o apoio do diretor de escola Prof. Moacir Giareta e sua equipe, para o êxito de mais um evento de nossa Entidade. Na próxima edição estaremos publicando a história da Escola Agrícola de Guaporé e toda a programação dos encontros.

AGPTEA leva ao Legislativo a Situação do Ensino Agrícola no RS

O Presidente da AGPTEA, Prof. Antônio Hélio Ilha foi a Assembléia Legislativa e informou a Deputada Maria Augusta Feldmann, a situação do ensino agrícola no estado do Rio Grande do Sul. A Deputada vem colaborando com a AGPTEA, e levando a Tribuna da Casa Legislativa a situação em que se encontra o educador do ensino rural.

Trinta sócios de nossa Entidade exoneraram-se do Estado neste ano, antes mesmo do P.D.V. Os professores estão

procurando outras atividades, pois é impossível sobreviver com o salário que o Estado paga.

Se não houver medidas urgentes o ensino irá atingir sua falência total. Não há nenhuma luz no fundo do túnel, estamos a deriva, navegando a esmo. Devemos estar atentos e permanentemente na luta por um ensino de qualidade, começando pela valorização profissional.



Prof. Antônio Hélio Ilha e a Deputada Prof^a Maria Augusta Feldmann



O Prof^o Calvete Correa - Presidente da CBPEA - também preocupa-se e trabalha pela causa do Ensino Agrícola

NOTAS

Quitada a Sede

A AGPTEA já quitou a compra da sede própria e já recebeu a escritura definitiva. Aos sócios os nossos agradecimentos. esperamos sua visita no turno da tarde.

Posse da Nova Diretoria GESTÃO 96/99

A Diretoria da AGPTEA, eleita em 08 de junho deste ano, tomará posse no dia 13 de julho às 10 horas da manhã, em nossa Sede. Convidamos nossos sócios para a solenidade e um almoço festivo logo após, sendo as despesas por conta de cada participante.

Visita às Escolas Agrícolas

O Presidente da AGPTEA começará a visitação das escolas agrícolas a partir deste mês. Será feita uma divulgação dos trabalhos realizados nas escolas visitadas, bem como a apresentação de suas dificuldades. Faça contato conosco e marque a melhor data para nossa visita.

Ex-Presidente da AGPTEA Poderá Ser Prefeito

O Professor Rudi Von Sattler está prestes a ter sua candidatura oficializada para Prefeito da cidade de Santo Antônio da Patrulha. Nós da AGPTEA, estamos torcendo pelo seu sucesso.

O Ensino Agrícola de 1º Grau Segundo o Professor Heitor Tomé da Rosa

O Informativo da AGPTEA (I.A.) entrevistou, para esta edição, o professor Heitor Tomé da Rosa* que nos falou sobre a importância, as dimensões e os rumos do Ensino Agrícola nas escolas de 1º grau.

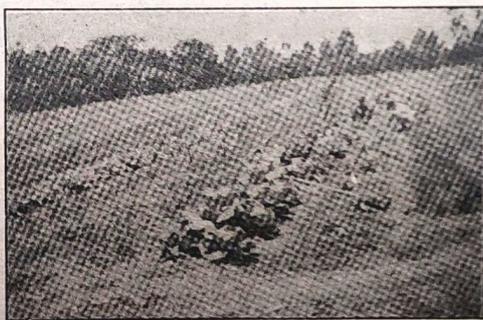
IA: Professor Heitor, como está o Ensino Agrícola de 1º grau no Rio Grande do Sul?

— O Ensino Agrícola de 1º grau teve auge com a Lei 5692/71 que determinou estudos de iniciação às Técnicas nas últimas séries do ensino fundamental. Com as alterações na legislação, lei 7044/82 e decorrentes pareceres, um grupo de escolas retirou as disciplinas técnicas do currículo, entretanto, muitos estabelecimentos de ensino, percebendo os valores pedagógicos, lúdicos, educacionais e econômicos desta área de ensino, a mantiveram, ou na forma de disciplinas, ou de oficinas e projetos especiais.

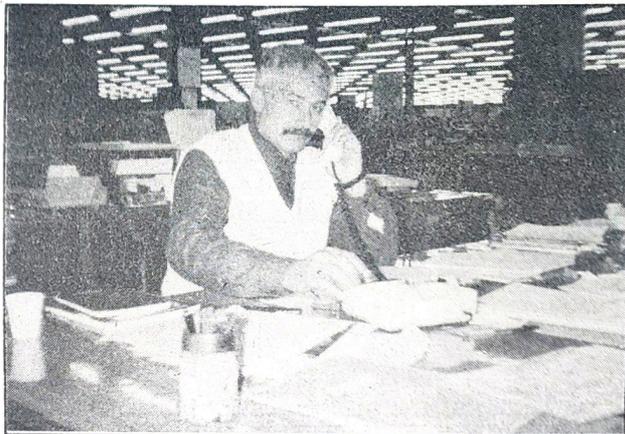
IA: O Ensino Agrícola poderá desaparecer no 1º grau em função da nova LDB?

— O Ensino Agrícola não desaparecerá em função de legislação.

O ensino agrícola de 1º grau tende a ser fortalecido, principalmente pelas comunidades interioranas que tem na Escola Agrícola um ponto de referência. Um fato



positivo, no estado do RS, é o surgimento de Escolas Agrícolas Municipais, que são em torno de quinze estabelecimentos. Também há oito Escolas Agrícolas Estaduais, oriundas dos antigos Ginásios Agrícolas. Quanto a



Prof. Heitor Tomé da Rosa

disciplina de Técnicas Agrícolas em escolas regulares, somente não é oferecida em maior número, por absoluta falta de professor especializado.

IA: Há um programa obrigatório para Ensino Agrícola de 1º grau?

— O programa é de responsabilidade do professor de Técnicas Agrícolas, no caso de disciplina única em séries finais do 1º grau.



Quando for um conjunto de Atividades Agropecuárias, Escola Agrícola, este programa é elaborado com a participação de todos os professores envolvidos na

questão.

IA: O senhor teria sugestões para um programa de Técnicas Agrícolas?

— Sem querer entrar em conteúdo propriamente, acredito que o Ensino Agrícola

precisa direcionar-se para quatro questões básicas. Primeiro, a questão alimentar; segundo, a questão da preservação ambiental; terceiro, o desenvolvimento de atividades, visando a ocupação futura do aluno e por último, o despertar de vocações com vistas a continuação de estudos a nível técnico de 2º grau.

IA: Professor Heitor, fale-nos destas quatro questões com mais detalhes?

— Isso daria um bom livro, mas vamos a uma síntese: A questão alimentar não pode ficar fora de uma abordagem em função de ser primordial ao ser humano. É um fator condicionante de sua saúde, da capacidade



de trabalho, da aparência e longevidade, entre outros fatores.

Assim sendo, tanto o aluno preponderantemente consumidor de alimentos, como é o caso do aluno do meio urbano, como aquele produtor de



alimentos do meio rural, podem aprender tecnologias de produção, podem construir calendários sobre a melhor época para aquisição de alimentos, prevenir-se para evitar o desperdício, bem como formas de preparo e identificação dos benefícios das hortaliças e frutas para o organismo consumidor. Acrescenta a isso, o prazer de produzir seus alimentos, livre de agrotóxicos.

Quanto a questão ecológica, não pode estar desvinculada de qualquer atividade desenvolvida na escola ou fora dela. O princípio de que tudo está ligado a tudo, deve ser estudado, praticado e respeitado. Nesse sentido,



sugiro estudos integrados com as demais disciplinas. Na impossibilidade desta alternativa metodológica, o professor poderá proporcionar atividades sobre o Sistema Solar, a integração existente no Planeta Terra, cadeias alimentares, entre outros. Recomendo também o cultivo de plantas em vidros fechados, a observação de córregos e rios, a separação do lixo seco e orgânico, a criação de minhocas, a preservação de pequenas áreas, sem qualquer capina, para

transformar-se em matriz propagadora de muitas espécies de animais silvestres.

Quanto a ocupação futura do aluno; técnicas proporcionam o desenvolvimento de muitas habilidades que auxiliam o indivíduo a adaptar-se de forma

rápida e versátil.

Sobre a ocupação futura, sugere-se o estudo de profissões ligadas ao Setor Primário, sobre a história do trabalho, entre outros termos, são recomendadas a prática de ativi-

dades sobre criação com plantas ou animais, o indivíduo fica mais harmonizado. É comum termos alunos com problemas nas demais disciplinas e esses serem exemplos de dedicação na área técnica, além do mais, cada professor de Técnicas Agrícolas tem no coração a preocupação de educar o homem para viver no Planeta Terra, sem destituí-lo para tal, além da questão técnica, o mundo da cultura exige diálogo e respeito aos outros e acima de tudo, ética e responsabilidade para fazermos bem feito aquilo que nos propomos.

produção de mudas de hortaliças e frutíferas, o cultivo de pinheiro brasileiro e erva-mate, práticas de bonsai, plantas em vidro, cogumelos, entre outros. Sobre o despertar vocações para escolas agrícolas de 2º grau, tenho a dizer que tanto o aluno do meio urbano, como o aluno

oriundo do meio rural, podem vir a constituir-se em excelentes profissionais da área agrícola.

Não poderá faltar o desenvolvimento de trabalhos práticos, visitas a escolas agrícolas, na 8ª série, e o encaminhamento dos alunos vocacionados às Escolas Agrícolas de 2º Grau, as quais devem privilégios, como um dos pré-requisitos para ingresso do aluno, oriundo de escolas que desenvolvem ensino agrícola de 1º grau.



IA: Por último prof. Heltor, qual a grande contribuição do Ensino Agrícola para a educação do indivíduo?

Através de atividades com a terra,

dades sobre criação com plantas ou animais, o indivíduo fica mais harmonizado. É comum termos alunos com problemas nas demais disciplinas e esses serem exemplos de dedicação na área técnica, além do mais, cada professor de Técnicas Agrícolas tem no coração a preocupação de educar o homem para viver no Planeta Terra, sem destituí-lo para tal, além da questão técnica, o mundo da cultura exige diálogo e respeito aos outros e acima de tudo, ética e responsabilidade para fazermos bem feito aquilo que nos propomos.

Sobre o cultivo de plantas estão desde

produção de mudas de hortaliças e frutíferas,



de tudo, ética e responsabilidade para fazermos bem feito aquilo que nos propomos.

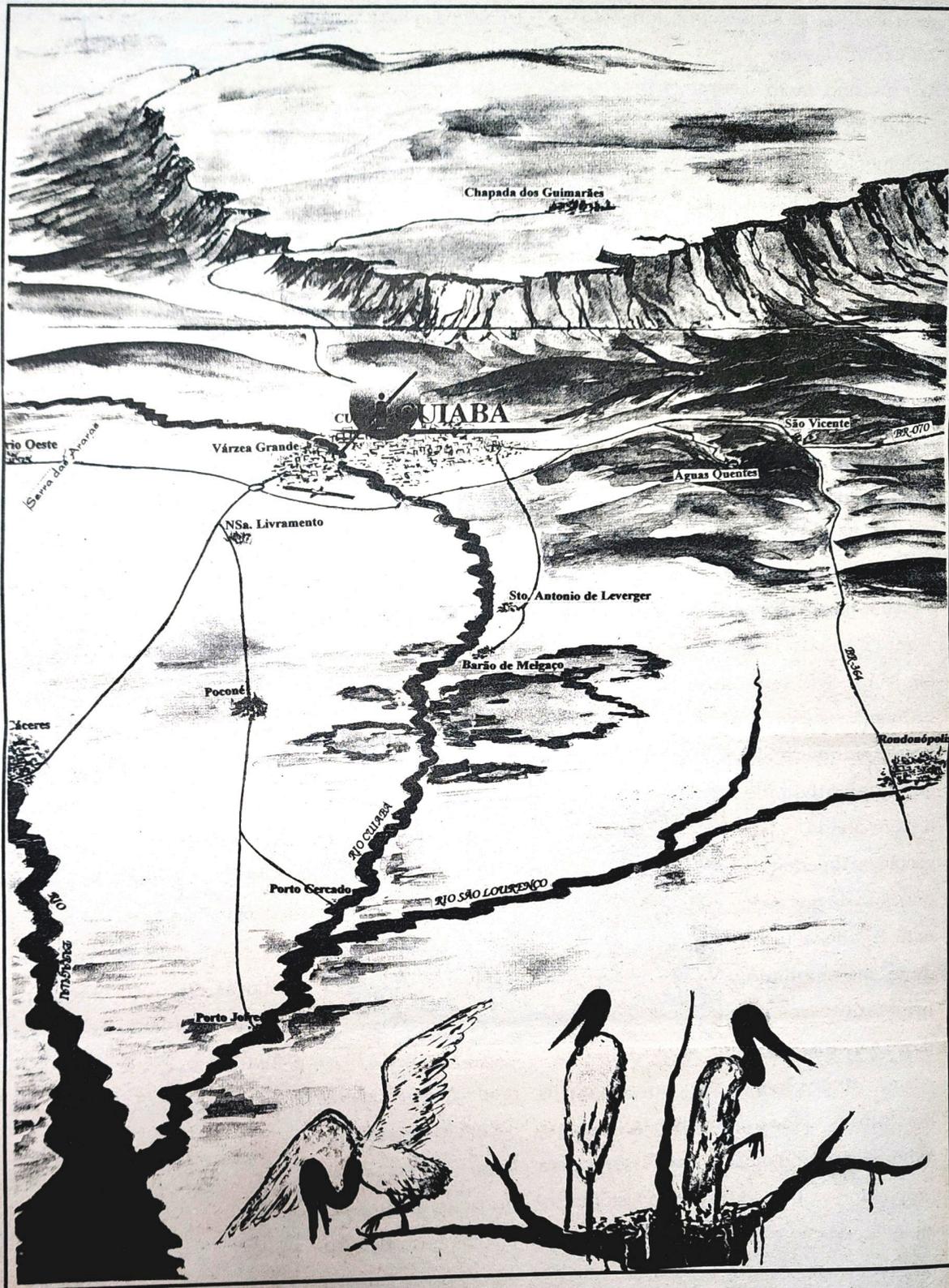
*** Coordenador de Ensino Técnico da SEC/RS**

**INFORME-SE!
PRESTIGIE
E
PARTICIPE
DO
IV
ENCONTRO
NACIONAL
DE
ENSINO
AGRÍCOLA**

22 a 25/07/96

em

Culabá-MT



**Informações
sobre o IV ENEA**

As informações sobre o IV ENEA poderão ser obtidas pelo fone (065) 322.1097. Reserve sua inscrição com antecedência. Haverá hospedagem na própria escola e em hotéis.

Ônibus para o IV ENEA

A AGPTEA está promovendo uma excursão para o IV ENEA. O ônibus sairá dia 20 às 8 horas da manhã, na sede da AGPTEA. Preço da passagem ida e volta: R\$ 95,00 (noventa e cinco reais), incluindo visitação ao Pantanal. Reserve seu lugar pelo fone: (051) 225.5748, no turno da tarde.